



Caderno de Provas

COM 10 – NS

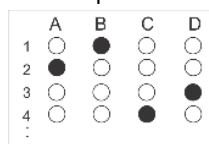
ANALISTA FINANCEIRO

Editais Nº. 001/2022 – Maxaranguape/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem ao texto a seguir.

TEXTO

Quem tem medo da liberdade de expressão?

Alexandre Cruz

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão têm ganhado força na sociedade brasileira e, com a proximidade das eleições de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entrou no baile. Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

O Youtube, por exemplo, já filtra palavras que não podem ser ditas, podendo gerar a desmonetização de um vídeo ou, no limite, a sua exclusão da plataforma. O resultado, no final, é o surgimento de uma variedade de neologismos cifrados utilizados por *youtubers* para substituir as palavras indesejadas.

A perspectiva na qual palavras, ideias e opiniões devem ser censuradas pelo seu dano presumido não é nova. Além de ser utilizada levemente por grupos para cercear opiniões divergentes sem ter o trabalho de argumentar, tende a focar mais nos possíveis prejuízos do que nos benefícios de uma amplíssima liberdade de expressão para a sociedade em geral.

Entre a independência dos Estados Unidos e o fim da 1ª Guerra Mundial, por exemplo, diversos casos contestando os limites da liberdade de expressão e de imprensa tiveram curso em tribunais estaduais e na Suprema Corte daquele país. Neste período, como aponta o historiador Michael Curtis, prevaleceu no judiciário norte-americano a chamada "Doutrina da Tendência Ruim", onde opiniões consideradas com potencial para causar eventuais danos sociais deveriam ser suprimidas.

Na esteira dessa doutrina, obras que criticavam a escravidão, por exemplo, foram censuradas em diversas cortes de estados escravagistas sob o argumento de causar danos ao direito de propriedade. Coube a jornalistas, advogados, intelectuais e ativistas contestar essa doutrina e muitas vezes promover a circulação de obras abolicionistas ilegalmente. Ou seja, enquanto setores do judiciário norte-americano impunham uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, coube à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Ecos de uma concepção de liberdade de expressão mais ampla, de raiz popular, chegariam à Suprema Corte dos Estados Unidos apenas na década de 1920. Anos antes, Benjamin Gitlow, membro do Partido Socialista, foi processado pelo estado de Nova Iorque pelo crime de anarquia após ter publicado no periódico "The Revolutionary Age" o texto "The Left Wing Manifesto". Embora sua defesa tenha alegado que o artigo se tratava de uma análise histórica, não de uma incitação revolucionária, Gitlow foi considerado culpado pela corte estadual, tendo sua condenação confirmada pela maioria da Suprema Corte em 1925.

Porém, durante o julgamento, foi possível vislumbrar a penetração de uma concepção mais ampla da liberdade de expressão entre juízes da corte. Em um histórico voto dissidente, o juiz Oliver Wendell Holmes Jr. registraria que: "toda ideia é um incitamento. Ela se oferece para a crença e, se acreditada, é praticada a menos que outra crença a supere, ou a falta de empenho sufoque o movimento em seu nascimento. A única diferença entre a expressão de uma opinião e uma incitação, no sentido mais restrito, é o entusiasmo do orador pelo resultado".

No Brasil, também a liberdade de expressão e de imprensa foram uma conquista da sociedade civil após décadas de censura ao longo do século 20, não uma concessão da burocracia estatal. Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para fustigar o poder estabelecido em prol de mudanças sociais. Não podemos deixar que contextos políticos nublados nos façam esquecer disso. Os benefícios de uma ampla liberdade de expressão e de imprensa são maiores do que os malefícios de sua utilização para o cometimento de crimes (que devem ser punidos através do devido processo legal).

Aceitar a premissa de que uma ideia ou opinião deva ser censurada, talvez até por algoritmos, antes de alcançar o espaço público devido ao seu possível dano social ou eleitoral, sem crime determinado e comprovado, é lançar um bumerangue autoritário que mais cedo ou mais tarde voltará.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 set. 2022.

01. É objetivo principal do texto

- A) alertar sobre os malefícios do uso irrestrito da liberdade de expressão.
- B) comparar o uso da liberdade de expressão nos Estados Unidos e no Brasil.
- C) criticar o mau uso da liberdade de expressão nas redes sociais.
- D) defender a importância do uso da liberdade de expressão.

02. A organização textual revela a dominância da sequência

- A) argumentativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- B) argumentativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.
- C) narrativa, caracterizada pela contestação de uma afirmação preexistente, que é confrontada com uma nova afirmação a ser sustentada por fatos, visando à conclusão.
- D) narrativa, caracterizada pela existência de uma situação inicial, seguida de situações complicadoras que, após serem resolvidas, geram uma situação final.

03. O elemento coesivo que inter-relaciona, por conexão, os **parágrafos 6 e 7** sinaliza

- A) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- B) conclusão e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- C) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.
- D) oposição e poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.

04. No **parágrafo 7**, há citação

- A) direta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- B) direta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela transcrição das palavras da fonte citada.
- C) indireta que se coaduna com o pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- D) indireta que se contrapõe ao pensamento do autor e é caracterizada pela paráfrase do pensamento da fonte citada.

05. Considere o período a seguir.

Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

Outra pontuação possível para esse período, em concordância com as orientações sintático-semânticas da língua portuguesa e preservando-se o sentido da informação, está representada em:

- A) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- B) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- C) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se perigosamente, o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões, que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.
- D) Sob argumento de que notícias e opiniões falsas ou desinformativas podem causar danos a grupos sociais ou até mesmo interferir no resultado final de uma eleição, aumenta-se, perigosamente o apoio à formulação de uma espécie de "index prohibitorum" digital, contendo palavras e opiniões que devem ser previamente censuradas sob o risco potencial de causar danos sociais ou eleitorais.

06. Considere o trecho a seguir.

Ou seja, **enquanto** setores do judiciário norte-americano **impunham** uma visão restritiva e racista da liberdade de expressão, **coube** à sociedade civil ampliar os seus limites na prática.

Sobre as palavras em destaque, é correto afirmar que

- A) a primeira é uma conjunção que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- B) a primeira é uma conjunção que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.
- C) a primeira é uma preposição que interliga períodos; a segunda, um verbo flexionado no pretérito perfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito imperfeito.
- D) a primeira é uma preposição que interliga orações; a segunda, um verbo flexionado no pretérito imperfeito; e a terceira, um verbo flexionado no pretérito perfeito.

07. Considere o trecho a seguir.

Com o advento das redes sociais, debates sobre os limites da liberdade de expressão **têm** ganhado força na sociedade brasileira [...]

A forma verbal em destaque é assim grafada porque está

- A) no singular e concorda com “o advento das redes sociais”.
- B) no singular e concorda com “liberdade de expressão”.
- C) no plural e concorda com “debates”.
- D) no plural e concorda com “os limites da liberdade de expressão”.

08. Considere o trecho a seguir.

Historicamente, a ampla liberdade de expressão sempre foi um instrumento popular para **fustigar** o poder estabelecido em prol de mudanças sociais.

A palavra em destaque mantém relação de

- A) hiponímia com a palavra “afagar”.
- B) hiponímia com a palavra “provocar”.
- C) sinonímia com a palavra “afagar”.
- D) sinonímia com a palavra “provocar”.

09. O gênero discursivo que apresenta propósito comunicativo e estrutura que se aproximam do texto em foco é

- A) a crônica descritiva.
- B) a notícia.
- C) o artigo científico.
- D) o artigo de opinião.

10. Considere os trechos a seguir.

A

[...] aumenta-se perigosamente o **apoio à formulação** de uma espécie de "index prohibitorum" digital [...]

B

[...] **coube à sociedade civil** ampliar os seus limites na prática.

Sobre os segmentos em destaque, é correto afirmar:

- A) ambos ilustram casos de regência nominal.
- B) ambos ilustram casos de regência verbal.
- C) em **A** ilustra-se um caso de regência nominal e, em **B**, um caso de regência verbal.
- D) em **A** ilustra-se um caso de regência verbal e, em **B**, um caso de regência nominal.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Analise as seguintes proposições:

- I. Todos os concurreseiros são inteligentes.
- II. Nenhum concurreseiro é inteligente.
- III. Algum concurreseiro não é inteligente.
- IV. Existem concurreseiros inteligentes.
- V. Não existem concurreseiros que são inteligentes.

Dadas as alternativas a seguir, a que associa corretamente uma proposição categórica com a sua negação, é:

- A) A negação da proposição I é a proposição III.
- B) A negação da proposição V é a proposição I.
- C) A negação da proposição II é a proposição IV.
- D) A negação da proposição III é a proposição V.

12. Considere que dois eventos, X e Y, são independentes. Se a probabilidade de X ocorrer é de 30% e a probabilidade de Y ocorrer é de 60%, então, a probabilidade de ocorrer $X \cup Y$ é de:

- A) 90%.
- B) 18%.
- C) 72%.
- D) 60%.

13. Quatro amigos estão em um bar em torno de uma mesa retangular. Bento mora na cidade de Maxaranguape e os outros três moram nas cidades de Pureza, Taipu e Extremoz. Tonho não mora em Pureza e está sentado à frente de Lipe. Lipe está sentado à direita de Bento. Nino está sentado à direita do morador de Taipu. Nessas condições, conclui-se que:

- A) Nino mora em Extremoz e Tonho mora em Taipu.
- B) Lipe mora em Pureza e Tonho mora em Extremoz.
- C) Nino mora em Pureza e Tonho mora em Taipu.
- D) Lipe mora em Taipu e Tonho mora em Extremoz.

14. Observe a sequência numérica a seguir:

6	10	20	24	48	52	A	B
---	----	----	----	----	----	---	---

Mantendo-se a regra da sequência, o valor de $A + B$ é igual a

- A) 156.
- B) 212.
- C) 160.
- D) 204.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

15. Se a casa não é vermelha, então o portão é azul. Se a casa é vermelha, então o telhado não é branco. Ora, o telhado é branco. Logo:
- A) A casa é vermelha e o portão é azul.
 - B) A casa é vermelha e o portão não é azul.
 - C) A casa não é vermelha e o portão é azul.
 - D) A casa não é vermelha e o portão não é azul.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ANALISTA FINANCEIRO

16. Os poderes administrativos são instrumentos que possibilitam que o Estado alcance seus objetivos. O poder que permite à administração pública distribuir e escalonar funções entre seus órgãos, ordenar, coordenar, controlar e rever a atuação de seus agentes é conhecido por poder
- A) disciplinar.
 - B) de polícia.
 - C) hierárquico.
 - D) regulamentar.
17. Os atos administrativos
- A) são praticados no plano supralegal.
 - B) estão sujeitos, em geral, ao regime jurídico de direito privado.
 - C) tem como um dos seus atributos a autoexecutoriedade.
 - D) estão, se praticados pelo Executivo, afastados do controle judicial em razão da separação dos poderes.
18. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar:
- A) a indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder, comprovadamente, frustrar a efetividade da medida.
 - B) a indisponibilidade de bens de terceiro independerá da demonstração da sua efetiva concorrência para os atos ilícitos apurados.
 - C) é vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até cem salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
 - D) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos efetivam-se com a denúncia de improbidade pelo Ministério Público.
19. O Estado possui responsabilidade civil pelos danos causados a terceiros. Essa responsabilidade não exige que a vítima comprove qualquer tipo de culpa para que seja indenizada, bastando apenas provar o dano sofrido, a existência de atuação estatal e o nexo de causalidade entre o dano e a conduta estatal. A doutrina do Direito Administrativo denomina a teoria narrada acima de
- A) teoria da culpa comum.
 - B) teoria da culpa abstrata.
 - C) teoria do risco administrativo.
 - D) teoria da irresponsabilidade do Estado.
20. O Estado tem a sua disposição diversas estruturas administrativas para fazer uso no alcance de seus objetivos. A descentralização administrativa mediante outorga consiste em
- A) executar diretamente suas tarefas no Estado.
 - B) transferir um serviço público para um órgão da administração direta.
 - C) transferir um determinado serviço público, mediante lei, para uma entidade da administração indireta.
 - D) transferir, mediante ato administrativo ou contrato, para um particular, a execução de um serviço público.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE
EDITAL Nº 001/2022 – MAXARANGUAPE/RN

- 21.** No estudo do orçamento público, são apresentadas diversas classificações das receitas e despesas. As receitas que representam recursos financeiros temporários dos quais o Estado é mero agente depositário classificam-se como receitas
- A) orçamentárias.
 - B) correntes.
 - C) de capital.
 - D) extraorçamentárias.
- 22.** De acordo com a classificação por natureza da receita orçamentária,
- A) impostos, taxas e contribuições de melhoria são tipos de categoria econômica.
 - B) a espécie é o terceiro nível da classificação da receita pela natureza e especifica as origens.
 - C) as receitas orçamentárias correntes não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
 - D) operações de crédito são originadas das receitas correntes.
- 23.** Acerca do balanço patrimonial do setor público,
- A) a classificação do ativo em ativo circulante ou não circulante leva em consideração o atributo da conversibilidade.
 - B) ativo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - C) passivo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de eventos passados.
 - D) ativo contingente é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.
- 24.** De acordo com o MCASP (9ª edição), as variações patrimoniais são transações que alteram os elementos patrimoniais da entidade do setor público. Em sendo assim,
- A) as variações patrimoniais qualitativas são aquelas que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
 - B) as variações patrimoniais quantitativas são aquelas que alteram os elementos patrimoniais sem alterar o patrimônio líquido.
 - C) a variação patrimonial diminutiva é realizada no recebimento efetivo de doações e subvenções.
 - D) a variação patrimonial aumentativa é realizada pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
- 25.** Segundo o MCASP, as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo
- A) valor em uso.
 - B) valor original.
 - C) valor de reposição.
 - D) valor de mercado.

- 26.** A natureza jurídica específica de um tributo é determinada
- A) pelo fato gerador.
 - B) pela denominação formal adotada em lei.
 - C) pelas características formais adotadas em lei.
 - D) pela destinação legal do produto da sua arrecadação.
- 27.** O tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte é chamado de
- A) taxa.
 - B) tarifa.
 - C) imposto.
 - D) contribuição de melhoria.
- 28.** O princípio tributário da legalidade condiciona a majoração de tributos à edição de lei para tal. Contudo, a Constituição Federal criou exceções a esse princípio. É exemplo de imposto que poderá ter alteração na alíquota dentro dos limites legais, sem edição de lei em sentido formal.
- A) ISS.
 - B) IPI.
 - C) ICMS.
 - D) IPVA.
- 29.** O tributo cuja instituição depende de lei complementar denomina-se
- A) IOF.
 - B) Imposto de renda.
 - C) Empréstimo compulsório.
 - D) Contribuição de melhoria.
- 30.** De acordo com o código tributário nacional, extingue-se o crédito tributário com
- A) a remissão.
 - B) a moratória.
 - C) o depósito do seu montante integral.
 - D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.